

CAMPANHA SALARIAL

Funcionários também rejeitam reajuste de 0% em 2005

Em assembléia realizada na quinta-feira, 3/3, os funcionários administrativos da PUC rejeitaram por unanimidade a proposta da Reitoria de reajuste pelo ICV-Dieese somente a partir de janeiro/2006.

A proposta também previa a reposição das perdas decorrentes da não-aplicação do índice em 2005, através de dois pagamentos: março e julho de 2006. Esse item também foi rechaçado pelos funcionários.

Por outro lado, foram aprovadas a manutenção do acordo interno até fevereiro/2006 e a extensão do acordo salarial a ser aprovado em 2005 para os funcionários do Hospital Santa Lucinda.

A assembléia também votou favoravelmente à garantia do emprego e do salário dos trabalhadores da PUC, de maneira que não ocorram demissões e que sejam respeitadas na íntegra todas as cláusulas do acordo interno.

Reunião com as associações

A proposta da Reitoria foi apresentada numa reunião conjunta com a AFAPUC e a APROPUC. No encontro, o vice-reitor administrativo Fla-



ALCIA PERES

Funcionários rejeitam a proposta de reajuste da Reitoria

vio Saraiva, afirmou que a direção da universidade gostaria de pagar na totalidade o ICV-Dieese, mas que a proposta atual visa manter a empregabilidade e caminha no sentido contrário dos chamados "ajustes clássicos". Segundo Flavio, tais "ajustes" redundariam em demissão de doutores e funcionários com mais tempo de casa.

Para o diretor da APROPUC Erson Martins, a perda de um ano nos salários é inaceitável para os professores. Com o ICV-Dieese próximo dos 8%, a perda dos docentes ficaria acima de 90% de um salário até janeiro de 2006.

O presidente da AFAPUC, Anselmo Antonio da Silva, lembrou também que, enquanto os funcionários e professores da PUC recebem a proposta de aumento zero, os professores que ministram aulas na Cogear tiveram aumentos que vão de 8 a 12%. O professor Flavio argumentou que aquela unidade tem um caráter diferenciado, com os custos sendo regulados a partir do aumento ou retração do número de alunos.

Uma nova assembléia dos funcionários está marcada para 10/3, quinta-feira, às 14h, na sala 239. Os professores reúnem-se na mesma data, na sala 333, às 19h.

Assembléia dos Funcionários

10/3 - quinta-feira - 14h - sala 239

Campanha Salarial

Prevaleceu o poder multinacional

À Câmara Federal votou favorável ao projeto de Lei da Biossegurança. O relator Perondi fundiu dois temas distintos, como o da Célula-tronco e dos transgênicos, uma forma de unificar os parlamentares, inclusive petistas. À frente da campanha pela aprovação da Lei de Biossegurança estiveram o Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, e da Ciência e Tecnologia, Eduardo Campos, circundados pelo Ministro do Desenvolvimento Indústria e Comércio, Luis Fernando Furlan, da Saúde, Humberto Costa, e da Coordenação Política, Aldo Rebelo (PCdoB).

Sem dúvida, é necessário combater a ortodoxia e o obscurantismo das Igrejas contra as pesquisas científicas. Os defensores da Lei da Biossegurança apresentaram a questão como se fosse o conflito entre progressistas e antiprogredistas. Mas o essencial não veio à tona, ou seja, a Lei expressa os interesses do grande capital. No caso dos transgênicos, a multinacional Monsanto ditou os votos. Nota-se que as pesquisas científicas, suas aplicações e suas consequências para a natureza e o homem estão determinadas pelo grande capital. A ciência, os cientistas e o poder político lhe são subservientes.

De um lado, o conservadorismo dogmático da religião; de outro, a ciência e tecnologia transformadas em capital, ou seja, em meio de exploração do homem pelo homem e de avassalador saque da natureza. O capitalismo, na sua fase de decomposição, se mostra destruidor do homem e da natureza.

Os parlamentares deram ares de avançados homens do saber e das decisões justas, mas não passam de serviços dos grandes grupos, que detêm patentes e condicionam a vida das pessoas. Os negócios e os lucros acima de tudo. O controle monopolista do conhecimento, da pesquisa e da tecnologia é a forma predominante. Os camponeses e especialmente os sem-terra receiam os transgênicos não só pelos perigos ambientais mas fundamentalmente pelo controle monopolista das sementes.

A tarefa é a de colocar a ciência e a tecnologia a serviço da humanidade. Para isso, é preciso arrancá-las das mãos dos capitalistas e transformá-las em um bem social. Mas essa tarefa implica uma mudança profunda da base econômica e no modo social de relacionamento entre os homens. A grande propriedade privada tem de ser tornar propriedade coletiva dos meios de produção. A burguesia só será expropriada do poder econômico por meio da revolução social. É parte da transformação histórica a defesa do homem e da natureza. É importante que os movimentos sociais incorporem em sua reivindicações o fim do domínio monopolista e o controle coletivo da produção e do conhecimento.

*Erson Martins,
Diretor da Apropuc.*

APROPUC apresenta balanço do 3.º trimestre de 2004

Abaixo, reproduzimos os números referentes ao balanço patrimonial da APROPUC em 30/9/2004.

ATIVO

Circulante

<i>Disponível</i>	
Caixa e Bancos	334.648,70
Valores Mobiliários	587.155,13
Total Disponibilidades	921.803,83

Realizável a Curto Prazo

Outros Créditos	6.698,21
I. Renda Fonte	60.612,57
Total Realizável a Curto Prazo	67.310,78
Total do Circulante	989.114,61

Permanente

Edifícios	399.665,49
Móveis e Utensílios	4.667,36
Equipamentos de Comunicação	291,24
Equipamentos Eletrônicos	4.303,41
Diversos	3.617,63
Total do Permanente	412.545,13

Total do Ativo

1.401.659,74

PASSIVO

Circulante

Encargos Trabalhistas	926,73
Outros	220,28
Total do Passivo Circulante	1.150,01

Patrimônio Social

1.170.095,35

Superávit do Exercício

230.414,38

Total do Passivo

1.401.659,74

Demonstração dos Resultados em 30 de setembro de 2004

Receitas

Contribuição de Associados	436.885,13
Receitas Financeiras	80.731,60
Outros	4.880,00

Total de Receitas

522.496,73

Despesas

Tributárias	4.473,35
Administrativas	287.063,98
Financeiras	545,02

Total das Despesas

292.082,35

Superávit do Período

230.414,38

A Diretoria



PUCviva é uma publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.
Coordenação: Valdir Mengardo. **Reportagem:** Leandro Divera e Flávia Gasi. **Edição de arte, projeto gráfico e editoração eletrônica:** Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães. **Colaboraram nesta edição:** Marta Bispo da Cruz, Priscilla Cornalbas, Luiz Carlos de Campos, Erson Martins de Oliveira, Hamilton Octavio de Souza, Anselmo Antonio da Silva, Maria Helena G. S. Borges. **Telefones da Apropuc:** 3670-8209 e 3872-2685. **Correio Eletrônico:** apropuc@sanei.com.br. **Telefone da Afapuc:** 3670-8208. **Endereço do PUCviva:** Rua Cardoso de Almeida, 990 - Sala CA 02 - Corredor da Cardoso - São Paulo - SP. Fone: 3670-8004. **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br - PUCviva na Internet: www.apropucsp.org.br.

Comitê impulsiona o Movimento Estudantil da PUC

Em reunião no pátio da Cruz no dia 28/2, os estudantes da PUC decidiram formar um Comitê de Mobilização para discutir e encaminhar suas lutas. Nos períodos da manhã e da noite, havia um total estimado em 200 estudantes.

Entre os assuntos colocados, estão a não-concessão de bolsas por parte da gestão Maura, a matrícula de inadimplentes, a anistia de matrícula aos estudantes provenientes dos cursinhos populares, a ameaça de fechamento dos xerox e lanchonetes dos CAs, e a exclusão da representação estudantil da comissão de escolha dos novos concessionários do Restaurante. As questões externas incluem a organização da luta pelo passe livre, a luta contra o aumento da passagem de ônibus e a mobilização contra a Reforma Universitária.

Nesta segunda, em reuniões no Pátio da Cruz ao 12h e às 18h, o Comitê deve decidir como encaminhar um pedido coletivo de bolsas.

Já nesta quarta-feira, 9/3, os cursos de História, Geografia e Turismo devem parar suas atividades acadêmicas para realizarem assembléias de curso.

Cursinhos populares

Já o Movimento dos Cursinhos Populares decidiu juntar sua luta às demais do Comitê. O Movimento discutiu sua proposta de luta conjunta na sexta 4/3, com os CAs da PUC. Há cerca de 30 estudantes originários dos Cursinhos Populares frequentando as aulas na universidade. Eles pagaram a 1ª parcela da matrícula das três acordadas com a Reitoria, mas não estão pagando as demais por não terem condições financeiras.

A Reitoria impôs como condição à efetivação da matrícula o pagamento das três parcelas. O Movimento alerta que, diante da não-efetivação da matrícula, mesmo estando em uma universidade filantrópica, esses alunos podem acabar excluídos da PUC. Os estudantes estão sendo convocados a endossar a luta pela anistia das duas parcelas restantes.

Passé livre ou aumento?

Enquanto ganha corpo na PUC a formação de um comitê pelo passe livre, o reajuste da passagem de ônibus causa indignação na juventude paulistana. Após abrir os terminais, acabando com a integração gratuita, a prefeitura Serra aumentou a passagem em 17,65%, e promete ainda diminuir as linhas de ônibus da cidade.

Vários setores da juventude secundarista e universitária da cidade estão se mobilizando contra o aumento da tarifa para R\$ 2. Na PUC, houve uma reunião no Museu da Cultura na quinta, 3/3, para organizar a luta contra o aumento e pelo passe livre. Na sexta, os puquianos engrossaram o 1º Ato

Contra o Aumento no Terminal Parque Dom Pedro, e estarão presentes nesta segunda no 2º Ato Contra o Aumento da passagem. A concentração dos estudantes será na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, 683, em frente ao Hospital Pérola Byington, às 12h.

Foi em situações parecidas com esta que a juventude secundarista e universitária das cidades de Florianópolis, Porto Alegre, Salvador e Fortaleza se uniu e travou batalhas vitoriosas contra os aumentos e na direção do passe livre aos estudantes. Em Florianópolis, a juventude se juntou com os trabalhadores, foi às ruas, e fez a prefeitura voltar atrás no aumento da passagem. Recentemente, após dois anos de lutas, o passe livre estudantil foi aprovado na Câmara dos Vereadores de Florianópolis.



ALICIA PERES

Estudantes debatem a formação do Comitê de Mobilização, no Pátio da Cruz

PUC engrossa coro das mulheres neste 8 de março

O Dia Internacional da Mulher, 8 de março, não vai passar em branco nem dentro e nem fora da PUC. Em São Paulo, a Marcha Mundial de Mulheres acontece nesta terça-feira, a partir das 14h, no vão livre do Masp, dando início a um ciclo de manifestações que percorrerá mais de 50 países ao longo do ano. Na universidade, o Núcleo de Gênero, Raça e Etnia da Faculdade de Serviço Social, em parceria com o Cass, marcou duas atividades para esse mesmo dia: um encontro de preparação para a Marcha, às 9h, no Auditório Banespa, e uma reunião de avaliação às 20h, na sala 134-C.

A PUC já havia participado intensamente da Marcha em 2000, divulgando suas lutas e principais focos de ação, e coletando 1.500 assinaturas para uma carta de reivindicações entregue à ONU. No total, o documento foi assinado por mais de 5 milhões de pessoas, em 159 países do mundo.

Desde aquele ano, a rede internacional de lutas criada a partir da Marcha esteve presente nos principais encontros do movimento social mundial. A manifestação desta terça, assim como a que houve há cinco anos, foi inspirada em uma marcha que reuniu cerca de 15.000 pessoas no Canadá, em 1995, influenciando em conquistas como o aumento do salário mínimo e ampliação dos direitos para imigrantes.

Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade

Abaixo, transcrevemos o preâmbulo do documento que será lançado na Marcha Mundial de Mulheres nesta terça-feira, 8/3, às 14h, no vão livre do Masp.

Nós, as mulheres, há muito tempo marchamos para denunciar e exigir o fim da opressão que vivemos por sermos mulheres, e para afirmar que a dominação, a exploração, o egoísmo e a busca desenfreada do lucro produzem injustiças, guerras, ocupações, violências, e devem acabar.

Das nossas lutas feministas e das lutas de nossas antepassadas de todos os continentes, nasceram novos espaços de liberdade para nós, para nossas filhas e filhos e para todas as crianças que, depois de nós, caminharão sobre a terra.

Estamos construindo um mundo no qual a diversidade é uma virtude; tanto a individualidade como a coletividade são fontes de crescimento; onde as relações fluem sem barreiras; onde a palavra, o canto e os sonhos florescem. Esse mundo considera a pessoa humana como uma das riquezas mais preciosas. Um mundo no qual reinam a igualdade, a liberdade, a solidariedade, a justiça e a paz. Este mundo nós somos capazes de criar.

Constituímos mais da metade da humanidade. Damos a

vida, trabalhamos, amamos, criamos, militamos, nos divertimos. Garantimos atualmente a maior parte das tarefas essenciais para a vida e a continuidade da humanidade. No entanto, nessa sociedade continuamos sendo oprimidas.

A Marcha Mundial das Mulheres, da qual fazemos parte, identifica o patriarcado como sistema de opressão das mulheres e o capitalismo como sistema de exploração de uma imensa maioria de mulheres e homens por parte de uma minoria.

Esses sistemas se reforçam mutuamente. Eles se enraízam e se conjugam com o racismo, o sexismo, a misoginia, a xenofobia, a homofobia, o colonialismo, o imperialismo, o escravismo e o trabalho forçado. Constituem a base dos fundamentalismos e integristas que impedem às mulheres e aos homens serem livres. Geram pobreza, exclusão, violam os direitos dos seres humanos, particularmente os das mulheres, e põem a humanidade e o planeta em perigo.

Nós rejeitamos esse mundo!

Propomos construir outro mundo, onde a exploração, a opressão, a intolerância e as exclusões não existam mais; onde a integridade, a diversidade, os direitos e liberdades de todas e todos são respeitados.

Um beau geste

Vivaldo Pagni

Estamos aproximando-nos do mês de abril, no qual, habitualmente, enfrenta-se o reajuste anual dos professores.

É o eterno conflito de uma Reitoria que quer conceder o mínimo possível e uma APROPUC que deseja obter o máximo.

Até esta data, as várias tentativas para congregar o maior número de docentes, não deram um resultado positivo. Faltou o "quórum" necessário para a assembléia poder decidir com irrestrita soberania.

Pelos contatos que tive com diversos colegas, percebi que na atual situação financeira da PUC, o interesse em discutir o novo reajuste, ficou claramente desmotivado.

Existe, neste aspecto, não somente um desinteresse geral, mas

sobretudo uma apatia inexplicável quando se trata de um assunto que, no fim das contas, mexe com nossa carteira...

Não é este o momento de entrar na análise das causas dessa anômala situação. Certamente a situação delicada das finanças puquianas, os atrasos com o recebimento dos salários e outros aspectos formais e informais, devem ter influído no comportamento da maioria dos colegas.

Afrontar esses aspectos levaria longe.

Como é de meu costume, prefiro logo definir o assunto.

Proponho, pois, aos colegas docentes que, perdurando a crise financeira da universidade, deveríamos abrir mão, momentaneamente, de nosso direito de reajuste salarial anual.

Portanto deveríamos acantonar a porcentagem do aumento

deste ano, para o próximo ano letivo, somando-o, se tudo correr bem, ao reajuste salarial de abril de 2006.

Este nosso posicionamento, além de evitar os costumeiros desgastes nas assembléias, nos encontros com a Reitoria, no incitamento à greve, daria à atual Administração mais um pouco de fôlego, do qual tanto precisa e, ao mesmo tempo, o corpo docente demonstraria compreensão e orgulho para colaborar no saneamento financeiro, dando outrossim um claro exemplo de alto nível de cidadania.

Vivaldo Pagni é professor da FEA, associado à APROPUC desde 1982

Os artigos publicados nesta seção são de responsabilidade exclusiva de seus autores. Espaço disponível: máximo de 30 linhas, ou 2300 caracteres em fonte 12.

10/3
quinta-feira

Assembléia dos Professores

sala 333 - 19h

**Primeiro os salários, depois os juros dos bancos!
Professores exigem os salários em dia!**

Pra não dizer que não falei das flores¹

Georg WF. Hegel (1770-1831) já havia dito que o Estado nasce como uma “*necessidade externa*”, que “vai contra a essência interna da coisa”. Em outras palavras, ele nasce do conflito entre os *interesses privados* e o interesse da *sociedade civil*, mas não como uma solução e sim criando um novo conflito em nível mais elevado, agora entre o Estado e a sociedade civil.

Karl. H. Marx (1818-1883) percebeu a importância da constatação de Hegel e tratou de expressar esses conflitos em termos *efetivos*. O surgimento do Estado é a confissão de que a sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria, e está dividida por antagonismos entre classes irreconciliáveis. O Estado moderno, representativo, é o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado. Por isso a necessidade do seu perecimento no socialismo. Vladimir I. Lenin (1870-1924) compreendeu essa característica *essencial* do Estado, mas não conseguiu impedir que o “socialismo real” fosse uma máquina de moer gente, com a ascensão de Stalin.

No Brasil, o Estado capitalista se manifesta com uma *forma* própria, sua atuação é historicamente *abusiva* em relação à sociedade. A formação da sociedade brasileira é um complexo processo de violência, proibição da fala, “revolução pelo alto”, mais modernamente privatização do público, e incompatibilidade radical entre a dominação burguesa e democracia. Tortura, morte, exílio, cassação de direitos, roubo da fala, e anulação do dissenso representam a *manifestação* do nosso Estado na tentativa de anular qualquer movimento de construção política feito pelas classes oprimidas.

Na década de 1990, FHC introduziu uma nova violência, utilizava-se de sua arrogância em nomear como ignorantes, atrasados e burros todos aqueles que se opunham aos seus métodos. Hoje, Lula utiliza-se de sua origem humilde e de seus passado de militância na classe trabalhadora para cooptá-los. Fato que não é novo na história: o “socialismo real”, destruidor de esperanças e razões para lutar, utilizou-se largamente desse expediente.

No “Brasil de todos” do governo Lula, *pelos campos há fome em grandes plantações*, com o incentivo ao agronegócio, que contemporiza com o trabalho escravo. A reforma agrária sempre foi aponta-

da como prioridade pelo presidente, mas até agora nenhuma de suas metas foi cumprida, e a tensão no campo recrudesciu. O número oficial de mortes no campo avançou de 34, no período 2001-2002, para 61, no período 2003-2004, descontado o mês de dezembro do último ano. Mais recentemente, essa violência se manifesta no assassinato covarde da missionária estadunidense-brasileira Dorothy Stang e de dois sindicalistas rurais, efetivados pelos latifundiários do Pará.

O governo federal é co-responsável pelas duas mortes e a brutal repressão, que deixou também dezenas de feridos e centenas de presos, na operação militar em Goiânia, com a utilização de mais de 2.500 policiais militares para a desocupação de trabalhadores sem-teto – tratados como marginais –, num terreno antes utilizado para a especulação imobiliária.

No caso dos estudantes, o debate em torno da Reforma Universitária do atual governo é anulado desqualificando os críticos do projeto como corporativistas, elitistas, privilegiados e insensíveis ao drama social. As manifestações públicas são coibidas de forma violenta. No dia 11 de novembro de 2004, em protesto na Av. Sumaré, estudantes e alguns professores da APROPUC (sindicato interno dos professores) foram esmagados pela polícia do governador Alckmin – *soldados armados, quase todos perdidos, ensinados a morrer pela pátria e viver sem razão* –, numa repressão absolutamente desnecessária e brutal, típica de uma mentalidade repressiva de quinto mundo, aceita até hoje na periferia do sistema como fatalismo do capitalismo.

O Estado, apesar de aparecer como “*necessidade externa*”, materializa a oposição entre seres humanos, o que significa que há manifestações de autoritarismo no interior da sociedade, resultado *imediato* da *humanidade cindida* entre trabalhadores e não-trabalhadores. O *estranhamento* do homem pelo homem se manifesta em todas as suas relações. Efetiva-se sob a forma de demissão, no dia 15 de fevereiro, de alguns professores do cursinho da Poli, que procuravam resgatar o seu caráter social; na PUC-SP, sob a forma de mensalidades abusivas, verdadeiro vestibular, que seleciona os mais “aptos” financeiramente. Esse processo de *seleção social* fica patente quando, no dia 14 de janeiro, a atual Reitoria coloca uma barreira de

seguranças para impedir a manifestação dos cursinhos populares, que pediam a isenção de matrícula; e na ameaça, dessa mesma Reitoria, proibindo a realização de festas, afirmando que “tomará todas as providências cabíveis para garantir o uso adequado do espaço de seus *campi*”.

A brutalidade das relações entre seres humanos estranhados se manifesta entre os próprios estudantes, quando alguns deles, em festa organizada pelo C.A. Psico em apoio a então chapa Viramundo da FEA-PUC/SP, no dia 22 de outubro de 2004, foram agredidos por uma bomba jogada por outros estudantes, numa atitude estúpida e inconsequente.

O estudante manifesta plenamente a brutalidade das relações humanas atuais quando recebe os calouros como “bixos”. Na segunda-feira, 14 de fevereiro, alguns estudantes da PUC-SP receberam seus novos colegas forçando-os a ingerir bebidas alcoólicas muito além do que gostariam e agarrando meninas a força. Na Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal (FAEF), em Garça-SP, alguns estudantes deram as “boas vindas” a um calouro, amarrando-o numa caminhonete e obrigando-o a caminhar descalço no asfalto por cerca de dois quilômetros.

No entanto, no interior dessas relações miseráveis encontra-se a sua negação, o que nos permite acreditar – *com a certeza na frente e a história na mão* –, que as relações *humanas* aflorarão como razão incontornável da vida. A final de contas, *somos todo iguais, braços dados ou não*. Por isso, o nosso desejo de que você, calouro, que *acredita nas flores vencendo o canhão*, lute conosco e em conjunto com a totalidade da classe trabalhadora oprimida.

Vem, vamos embora que esperar não é saber

Quem sabe faz a hora não espera acontecer

C.A. Leão XIII

¹ O título desse texto é uma homenagem ao músico Geraldo Vandré, artista engajado, perseguido e censurado durante o regime militar (1964-1985).

Os artigos publicados nesta seção são de responsabilidade exclusiva de seus autores. Espaço disponível: máximo de 30 linhas, ou 2300 caracteres em fonte 12.

Carta aberta à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

À Faculdade de Educação
A/C Professora Doutora Madalena Guasco Peixoto

Nós, alunos do curso de Prática de Ensino em História, ministrado pela Professora Doutora Anna Maria Garzone Furtado no período matutino desta universidade, vimos por meio desta nos manifestar perante os acontecimentos recentes que envolvem o nome da Professora e sua conduta ética.

Tomamos conhecimento pelo *Jornal da PUC* da 1.^a quinzena de novembro de 2003, página quatro, seção **Atos do Reitor**, da existência de um processo administrativo, instaurado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo contra a Professora Doutora Anna Maria Garzone Furtado, docente da Faculdade de Educação.

A leitura do documento no *Jornal da PUC* nos causou estranhamento e coloca a citada professora em situação constrangedora perante a Faculdade e seus alunos, quando afirma que o comportamento da professora está pautado por:

- "...atitudes incompatíveis com o que se espera de um docente no ambiente universitário, faltando com respeito a colegas de docência...", e que essas atitudes

- "têm levado a direção, os alunos, professores e funcionários a uma série de constrangimentos, impedindo a realização de trabalhos acadêmicos e administrativos, provocando uma situação de intranquilidade e insegurança en-

tre os integrantes da Faculdade de Educação".

No decorrer do ano letivo de 2003, a Professora Doutora Anna Maria Garzone Furtado se portou em sala de aula com o mais alto nível profissional, não deixando que problemas administrativos interferissem no ministério de suas aulas.

A Professora Anna Maria, com sua experiência profissional comprovada por mais de quarenta anos de exercício do magistério, nos proporcionou – pela atualidade de suas preocupações profissionais – uma visão real do ensino no Brasil, o que pode ser facilmente comprovado pelo conteúdo de suas aulas, inclusive em sintonia com o concurso público para professores ocorrido no dia 2 de novembro de 2003.

As atitudes adotadas pela Professora em sala de aula são dignas de exemplo, como o cumprimento do horário de aula, estabelecimento de regras para ingresso em sala no decorrer da aula já iniciada, a apresentação de trabalhos reflexivos relacionados com os conteúdos ministrados, o comprometimento com a qualidade do ensino e a prática democrática adotada, que leva em consideração as dificuldades de cada aluno sem adotar uma postura paternalista.

A Professora Doutora Anna Maria Garzone Furtado, reafirmamos, demonstrou no decorrer do ano letivo de 2003, alto nível profissional, alto nível de atualização e principalmente alto nível de educação. Tem cobrado de seus

alunos postura compatível com o que ministra e também tem demonstrado uma grande preocupação com a formação de novos profissionais em Educação.

O teor dos Atos do reitor publicados no *Jornal da PUC*, 1.^a quinzena de novembro de 2003, coloca a nós, alunos do curso de Prática de Ensino em História, ministrado pela Professora Doutora Anna Maria Garzone Furtado, em situação de defendermos sua atuação profissional em sala de aula, que, como já afirmamos, não tem nenhuma ressalva quanto à sua competência profissional.

A exposição do caso no *Jornal da PUC*, sem o prévio conhecimento dos fatos pelos atuais alunos da Professora Anna Maria, nos coloca em situação delicada, quando põe em dúvida sua capacidade profissional. Isso acarreta constrangimentos a ambos os lados envolvidos e merece um pouco mais de cuidado em sua divulgação ao público.

Nos sentimos prejudicados e, como já foi exposto acima, não temos nenhuma ressalva quanto ao procedimento profissional em sala de aula da Professora Doutora Anna Maria Garzone Furtado.

Assinam esta carta 20 alunos e ex-alunos do curso de Prática de Ensino em História - matutino, ministrado pela Professora Doutora Anna Maria Garzone Furtado.



Os artigos publicados nesta seção são de responsabilidade exclusiva de seus autores. Espaço disponível: máximo de 30 linhas, ou 2300 caracteres em fonte 12.

Rola na rampa

Chapas para a AFAPUC: último dia de inscrição

Termina nesta segunda-feira, 7/3, o prazo de inscrição de chapas para a eleição da AFAPUC. A relação completa das chapas inscritas será publicada pela comissão eleitoral nesta sexta-feira, 11/3. A votação acontece daqui a duas semanas (21 e 22/3), com apuração começando logo depois do fechamento das urnas. O resultado final ainda vai passar pela apreciação de uma assembléia, marcada para 31/3. As datas de eventuais debates ou apresentações das chapas serão definidas em breve. Na próxima semana (16/3), será divulgada a lista de eleitores. Estão abertas as inscrições para mesários e apuradores. A comissão eleitoral é formada pelos funcionários Eduardo Viveiros (pós-graduação), Douglas Miotto (Contabilidade) e Magaly de Souza Bolcato (Almoxarifado).

Reitoria agenda encontros com a comunidade

Continuam nesta semana os encontros marcados pela Reitoria e abertos a professores, estudantes e funcionários. As reuniões são divididas entre os cinco Centros da universidade e o setor de pós-graduação. Nesta segunda-feira, 7/3, às 9h, na sala 239, o encontro é voltado ao Centro de Ciências Humanas (CCH). Na quarta, 9/3, às 14h30, também na 239, é a vez do Centro de Educação. O encontro com o Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Administrativas (CCJEA) ficou para a outra segunda-feira, 14/3, às 17h30, na sala 333. Na semana passada, houve reuniões desse tipo na Marquês, em Sorocaba e na pós. A assembléia de 3/3 recomendou que os funcionários participem ativamente dessas discussões

Restaurante será definido nesta semana

Nesta segunda-feira, às 14h, na sala P-65, a comissão nomeada pela Reitoria para conduzir o processo de licitação para a nova Praça de Alimentação do campus Monte Alegre decide quais empresas vencerão a concorrência. O professor Paulo Roberto Moreira, assessor da Vice-Reitoria Comunitária, informou que o estudante nomeado pelo CCA para integrar a comissão foi convocado para essa reunião. Desde o início desse processo, em dezembro, os estudantes vêm denunciando a posição da Reitoria, que escolheu um representante discente sem consultar os centros acadêmicos, e impediu que integrantes do CACS participassem de uma reunião no dia 13/1.

Comissão de Avaliação apresenta seu plano

Reunida com representantes da comunidade universitária, no Colégio Marillac, a Comissão Própria de Avaliação, CPA, apresentou, no Primeiro Fórum de Auto-avaliação da PUC-SP, na quinta-feira, 3/3, seu plano para construir o projeto de auto-avaliação, que deverá ser enviado ao MEC até 31/3. A comissão pretendia apresentar o seu trabalho a professores, funcionários e estudantes, para que a comunidade conhecesse e legitimasse o projeto. Inicialmente foi

feita uma análise da educação superior no Brasil pelo professor José Dias Sobrinho, que detalhou o Sinaes, Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior. A seguir foram montadas treze oficinas onde os grupos discutiram as dez dimensões do roteiro de auto-avaliação do MEC. A CPA vai consolidar as contribuições das oficinas para a redação de um texto final que será submetido à apreciação da comunidade e dos órgãos colegiados.

Seminário internacional sobre Marx e Engels

Estão abertas as inscrições de trabalhos para a 4.ª edição do Colóquio Marx e Engels, que acontece em novembro na Unicamp. Devido à crescente participação nas edições anteriores, neste

ano o Colóquio terá dimensões internacionais. Informações sobre programação, normas e prazos para inscrição podem ser obtidas no site www.unicamp.br/ce-marx.

Mais repressão no cursinho da Poli

Apesar do grande protesto realizado em frente ao cursinho da Poli na Lapa, em 24/2, convocados por diversas entidades como a Adusp, APG USP Capital, DCE da USP, Grêmio Politécnico e Associação dos Alunos do Cursinho da Poli (AACP), pela readmissão dos quatro professores demitidos por motivações políticas, a repressão no Cursinho da Poli continua. A repercussão na im-

prensa não foi suficiente para reverter o quadro de perseguições: dois alunos do Cursinho e membros da AACP foram suspensos no fim da semana passada pela direção do cursinho, por terem convocado uma reunião no intervalo para discutir com os alunos a mercantilização no Cursinho da Poli. A direção do Cursinho acusa os alunos de desrespeitarem funcionários.